

Por uma descolonização das ciências humanas

A

revista eletrônica Memórias Insurgentes é um periódico jovem e este é o seu segundo volume, o primeiro tendo sido publicado no mês de junho de 2022. Sua aposta, no entanto, é interdisciplinar, plural e inclusiva. Busca-se, em especial, estreitar o diálogo entre a Antropologia e a História, mas também com as demais Ciências Humanas, para reconstruir biografias, trajetórias, percursos de vida, etnobiografias, entre outros gêneros de escrita, com especial ênfase sobre personagens indígenas (individuais ou coletivos). Almejamos, ao reinscrever esses sujeitos ao longo da história, recuperar assim suas trajetórias e experiências de lutas para garantir a definição de territórios, direitos, línguas, identidades e vários outros projetos de futuro. Esse enquadramento teórico, por sua vez, tem implicações concretas no sentido de travar uma disputa narrativa e descolonizar imagens caricaturais sobre a presença e o protagonismo indígena na história e na contemporaneidade. Em que pese um desenvolvimento considerável de publicações que buscam fazer um diálogo entre Antropologia e História, particularmente no campo da chamada Nova História Indígena, a revista eletrônica Memórias Insurgentes merece um destaque por sua proposta interdisciplinar.

Ao longo do ano do bicentenário da Independência do Brasil (2022), destaca-se nesse mesmo sentido a publicação primorosa do livro Povos Indígenas, Independência e Muitas Histórias (2022), organizado por vários historiadores e que conta com textos de antropólogos e entrevistas com lideranças indígenas. Ainda nesse mesmo ano, o Blog das Independências (<https://bicentenario2022.com.br>), uma parceria da revista Almanack, da Sociedade Brasileira de Estudos dos Oitocentos (SEO) e da Associação Nacional de História (Anpuh Nacional), contou com mais de duas dezenas de postagens de historiadores sobre a temática indígena e sua participação na formação nacional e, embora não conte com a mesma dimensão interdisciplinar, se soma ao debate proposto. De fato, a especificidade da revista eletrônica Memórias Insurgentes se deve à forma como o diálogo entre Antropologia e História é proposto, de forma articulada à discussão sobre memória e ao uso da etnografia como método de trabalho. Em outros contextos latino-americanos, esta é uma perspectiva presente, já bastante consolidada, a exemplo de publicações conjuntas, como a revista Corpus. Archivos virtuales de la alteridad americana ou Desacatos. Revista de Ciencias Sociales, e também de institutos compartilhados de trabalho, a exemplo do Instituto Colombiano de Antropología e

Historia (ICANH), na Colômbia; o Instituto Nacional de Antropologia e História do México (INAH), no México; o Laboratório de Desclasificación Comparada (LDC), no Chile; e o Centro de Investigaciones Históricas y Antropológicas (CIHA), com sede em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, entre outros.

A articulação entre antropologia, história, memória e etnografia nos permitirá estruturar os primeiros números da revista em quatro regimes de memória (Fundação, Nação, Tutela e Protagonismo). Embora cada regime de memória esteja representado em quatro seções diferentes da revista, não se trata de criar uma linha do tempo rígida que sugira a passagem de um regime de memória a outro. Muito ao contrário, ao invés de mostrar como esses quatro regimes de memória se opõem e se comutam, nossa ideia é evidenciar o complexo jogo que entre eles ocorre ao longo da história e em nossa contemporaneidade. A criação de um Ministério dos Povos Indígenas e a reconceitualização da agência indigenista Funai, agora a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, implica o amplo reconhecimento e a consolidação dos direitos indígenas, tomando os próprios povos como protagonistas de seus processos políticos. Isto vem para reverter um processo histórico em que narrativas e imagens procedentes de antigos regimes de memória foram utilizadas para justificar o extermínio, a escravização, a assimilação e a tutela exercida sobre os indígenas, em projetos de subjugação vigentes durante a Colônia, o Império, a República e retomados nos últimos anos por grupos políticos e empresariais durante governos recentes (2015-2022).

A revista eletrônica Memórias Indígenas saúda as marcas de um novo tempo e se incorpora a este movimento de respeito e compromisso com os povos indígenas. Os textos aqui apresentados retomam essas perspectivas de abordagem temporal, transitando entre aspectos presentes e outros mais remotos, a exemplo do texto “Bartira: História e usos do passado. Dos anos formativos da sociedade colonial no Brasil”, escrito por Elisa Frühauf García. Neste texto a autora percorre a trajetória de Bartira, de nome cristão Isabel Dias. Mulher indígena e importante articuladora nos anos iniciais da colonização de São Paulo, Bartira tem suas ações minimizadas em face das narrativas oficiais. Neste artigo, García busca recompor, desde uma perspectiva de longa duração, as formas como se deu a construção da biografia dessa importante e significativa mulher indígena. Uma narrativa que permite entrever as dinâmicas sociais em meio aos usos do passado colonial.

Francisco Cancela, por sua vez, em seu artigo conta a história do indígena Manuel Rodrigues de Jesus, natural da vila de Belmonte, na capitania de Porto Seguro. Contemporâneo das políticas indigenistas pombalinas, Manuel Rodrigues de Jesus soube fazer uma leitura das possibilidades forjadas naquela situação histórica. O artigo mostra como as estratégias individuais também devem ser lidas a partir de experiências acumuladas de cada grupo étnico. Nesse mesmo sentido, porém tomando uma situação totalmente distinta, Karina Melo busca apresentar a trajetória de André Guacurary y Artigas, indígena e missionário guarani, durante os primeiros anos do século XIX. Por meio de sua trajetória desvela-se a participação indígena em projetos de defesa e expansão de fronteiras elaborados por agentes do governo e particulares nos limites entre o vice-reino do Brasil e as províncias platinas, fazendo perceber os diferentes jogos entre as hierarquias sociais durante o processo inicial de formação de Estados nacionais.

Ainda no âmbito do processo de consolidação dos Estados nacionais, destaca-se o texto de Mariana Albuquerque Dantas sobre as lideranças indígenas Agostinho José Pessoa Panaxo Arcoverde Camarão e Bento Duarte, do aldeamento de Barreiros, localizado em Pernambuco, durante a primeira metade do século XIX. Ambos exerceram importante função de liderança na região, ocupando campos opostos em conflitos armados, como a Guerra dos Cabanos (1832-1835), bem como nas disputas em torno das terras coletivas do aldeamento. A análise das trajetórias dessas lideranças permite a Dantas inferir sobre a participação de indígenas enquanto sujeitos políticos de modo mais dinâmico no contexto dos Oitocentos, compreendendo como se davam as relações entre liderados e líderes. Fechando o segundo regime de memória (Nação), o artigo de Pablo Antunha Barbosa recupera momentos da trajetória de alguns caciques guarani da segunda metade do século XIX, sobretudo como se relacionaram com o projeto de aldeamento do indigenismo imperial. O autor apresenta várias formas de se relacionar, o que permite que se repense a temática clássica dos deslocamentos guarani, muitas vezes tidos como o resultado único de migrações religiosas.

Inaugurando o terceiro regime de memória (Tutela), o texto de Aldjane Oliveira, “Um guerreiro Wassu Cocal: Hibes menino de Freitas”, explora a trajetória de uma importante liderança alagoana, situado no município de Joaquim Gomes, Zona da Mata. Tendo sua história ceifada pelo assassinato em meio a conflitos fundiários,

o texto de Oliveira destaca-se pelo registro da memória dos modos de luta e organização social dos indígenas do Nordeste no período do fim das garantias de direitos imperiais e da inexistência de políticas de afirmação de direitos estabelecidas na região a partir de meados do século XX. Passando ao Centro-Oeste, o texto de Patrícia Mendonça Rodrigues, “O legado de Tutawa Áwa e os Avá-Canoeiro do Araguaia”, explora a atuação indígena em meio à expansão da Frente de Atração brutal da Funai em 1973, no contexto da ditadura militar, que resultou em um massacre dizimador de grande parte da população indígena. Por meio da trajetória de Tutawa Áwa e dos seus descendentes, Mendonça apresenta o processo de retomada e afirmação étnica em meio a situações críticas.

Dando continuidade à apresentação de situações localizadas no Centro-Oeste brasileiro, o trabalho de Rafael Andrade, “Watau: a trajetória de uma liderança Karajá e o projeto desenvolvimentista brasileiro (1927-1997)”, apresenta a trajetória de Watau, identificado como um capitão por Getúlio Vargas em sua visita à Ilha do Bananal em 1940. A partir da designação presidencial, Watau passou a se destacar como liderança e, apesar das adversidades, teve sua trajetória diretamente ligada aos projetos nacionais do século XX, como a Marcha para o Oeste e a fundação de Brasília. Por fim, fechando o regime Tutela, o trabalho de Teresinha Marcis, “Manoel Nonato do Amaral: notas biográficas de um coronel mestiço de Olivença, Bahia”, situa alguns aspectos da sua vida pública que transitou entre distintas fronteiras étnicas e sociais, regimes políticos, sistemas de governos e legislação eleitoral do Império e da República. Enfrentou conflitos políticos, firmando-se como chefe local, sendo apoiado pela legitimação de sua autoridade e chefia pelo grupo social formado por moradores indígenas da vila, posteriormente, Intendência de Olivença.

O quarto e último regime de memória (Protagonismo) se inicia com o texto coletivo de Iracema Nascimento, Clémentine Maréchal, Herbert Walter Hermann e Audisseia Kapri Padilha Nascimento. Ele apresenta a trajetória de uma das autoras, Iracema, liderança indígena kaingang, sublinhando detalhes da sua vida que mobilizam uma pluralidade de seres, saberes, práticas e territórios. Seguido a este artigo, temos o trabalho elaborado por Graciela Chamorro, no qual recupera a história de Pa’i Chiquito, grande líder kaiowá do século XX, considerado pelos habitantes da Terra Indígena Panambizinho, situada à leste da cidade de Dourados, MS,

como seu fundador e último hechakáry, “xamã que vê a palavra”. Sua atuação foi decisiva para a permanência de muitas famílias kaiowá fora das reservas, na área da Colônia Agrícola Nacional – Cand, onde Getúlio Vargas fez uma reforma agrária nos primeiros anos da década de 1940. Na sequência, temos o texto de Daniela Fernandes Alarcon, que conta a trajetória de “João de Nô, o primeiro rezador da Serra do Padeiro”, Bahia, enfatizando seu lugar na memória social da comunidade e sua importância na luta pelo território e na sua atuação no culto aos encantados, aspectos fundamentais que têm servido de lastro às retomadas de terras para a manutenção sustentada do grupo étnico nos períodos agudos da diáspora. Por fim, encerrando este volume, o texto “Da aldeia para os tribunais: 10 anos de advocacia indígena”, escrito por Eloy Terena desde uma perspectiva autobiográfica. No artigo, o autor recupera sua trajetória de indígena, advogado e antropólogo, integrante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e assessor jurídico do Conselho Terena. Ao longo do texto, percorre sua trajetória familiar e acadêmica, conectando-as à luta pela afirmação dos direitos indígenas na contemporaneidade.

Para encerrar esta apresentação, gostaríamos de destacar um aspecto pouco mencionado, porém fundamental a todas as produções aqui elencadas, qual seja, o compromisso político dos autores com as coletividades com as quais trabalharam e sobre as quais elaboraram os artigos aqui apresentados. Longe de uma ciência diletante, encerrada em gabinetes e afeita a laboratórios e experimentos, os autores aqui apresentados buscam, no diálogo com as comunidades indígenas e com o grande público, produzir dispositivos novos de produção de imagens, narrativas e percepções sobre os povos indígenas, dispositivos estes que permitam olhar de forma crítica os modos como os indígenas foram produzidos, mas, sobretudo, dispositivos que permitam compreendê-los hoje e a maneira como eles desejam ser tratados no Brasil do século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MOREIRA, Vânia Maria Losada;
DANTAS, Mariana Albuquerque;
COSTA, João Paulo Peixoto;
MELO, Karina Moreira Ribeiro Silva;
OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de. Povos indígenas, independência e muitas histórias: repensando o Brasil no século XIX. Curitiba: CRV, 2022.